

A AVALIAÇÃO DA ESCRITA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Mestre em Educação Brasileira. Pedagoga. Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: alannaop1@hotmail.com

FREIRE, Emanuella Sampaio

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Mestre em Educação Brasileira. Pedagoga. Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: emanuellasampaio@gmail.com

MOTA, Valquíria Soares

Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú (UVA).
E-mail: valquiriamota28@hotmail.com

RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros

Doutora em Educação Brasileira. Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Prático do Ensino na Universidade Federal do Ceará (UFC) Email: apmedeiros.ufc@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar os resultados da avaliação da parte escrita da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, programa voltado para os alunos de 3º ano do Ensino Fundamental. Considerando as finalidades da ANA, estima-se que esta avaliação possa subsidiar a prática docente no ciclo de alfabetização das escolas brasileiras. A pesquisa se delimitou em seu aspecto bibliográfico tendo como referencial teórico as concepções de alfabetização e letramento do próprio Programa (BRASIL, 2012, 2013), de Ferreiro e Teberosky (1999); e de avaliação por Carvalho *et. al* (2014), Freire *et. al* (2010) e Viana (2000). Além disso, buscou-se conhecer os resultados e análises da ANA no estado do Ceará. As fontes documentais foram os relatórios gerados pelo Sispecto e documentos oficiais de referência dessa avaliação. A análise dos dados se deu pela categorização



dos dados oriundos da própria análise documental, enfatizando os aspectos teóricos e técnicos da avaliação, até o entendimento pedagógico dos resultados apresentados. Destaca-se a importância de se perceber todo o caminho percorrido pela avaliação no intuito de se entender e melhor interpretar seus resultados. A ação docente enriquece a prática da alfabetização e do letramento quando bem fundamentada e partilhada.

Palavras-chave: Avaliação da Alfabetização. Escrita. ANA.

ABSTRACT

This article aims to present the results of the written part of the external evaluation named National Literacy Assessment – ANA, part of the National Pact for Literacy in the Right Age – PNAIC for students of 3rd year of elementary school. Considering the aims of the ANA, it is estimated that this evaluation can support the teaching practice in literacy cycle of Brazilian schools. The research outlined in its bibliographic aspect theoretically based in literacy concepts of the program itself (BRAZIL, 2012, 2013), from Ferreiro and Teberosky (1999); and about evaluation, from Carvalho *et. al* (2014), Freire *et. al* (2010) and Viana (2000). In addition, this research intended to know the results and analysis of ANA in the state of Ceará. The documentary sources were the reports generated by sispecto and official documents of reference of the evaluation. Data analysis was due to the categorization of data from the own documentary analysis, emphasizing the theoretical aspects and evaluation of technical, to the pedagogical understanding of the results presented. It emphasizes the importance of realizing every step of the evaluation in order to understand and interpret their results. The teaching activities enriches the practice of literacy when it is well-founded and shared.

Key-words: Literacy Assessment. Writing. ANA.



1 Do nordeste para o Brasil: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

A experiência exitosa do estado do Ceará no Programa de Alfabetização na Idade Certa¹ (PAIC) chamou a atenção do Governo Federal e instigou a retomada do compromisso do Plano Nacional de Educação, firmado por estados e municípios no Congresso Nacional, desde 2010, quanto à plena alfabetização de todas as crianças brasileiras.

No mesmo caminho, o Programa Palavra de Criança, capitaneado pelo UNICEF e implantado em 2008, no Estado do Piauí, inspirou o Governo Federal por se tratar de uma iniciativa que envolve formação de professores, coordenadores municipais e avaliação certificativa da alfabetização ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

À época, o representante do Ministério da Educação, Aloizio Mercadante, impulsionou o movimento em prol da alfabetização com o intuito de desenvolver um projeto de educação em nível nacional que mobilizasse a comunidade educacional para alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade, ou seja, até o 3º ano do Ensino Fundamental.

Em 2012, por meio da portaria nº 867, de 4 de julho, foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC e estipuladas suas ações e diretrizes gerais. A iniciativa está de acordo com o decreto nº 6.094/2007, inciso II do art. 2º, que responsabiliza os entes governamentais por “[...] alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os re-

¹ O Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC é uma política pública do estado do Ceará, implantada em 2007, com o objetivo de possibilitar a alfabetização das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, o programa atua em cinco eixos: Avaliação Externa, Gestão Municipal de Educação, Alfabetização, Educação Infantil e Formação do leitor (CARVALHO et al., 2014, p.156).



sultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2007). Para isso, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, estariam

[...] aferindo os resultados por exame periódico específico, que passa a abranger: I – a alfabetização em língua portuguesa e em matemática; II – a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para os concluintes do 3º ano do ensino fundamental; III – o apoio gerencial dos estados, aos municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, 2012a).

O Pacto possui quatro eixos norteadores, a saber: Formação Continuada de Professores Alfabetizadores; Materiais Didáticos e Pedagógicos; Avaliações e Gestão; Controle Social e Mobilização. A divisão em eixos se propõe a melhorar as discussões acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização, bem como acompanhar a aprendizagem dessas crianças por meio dos processos avaliativos, estimulando o planejamento, apoio e uso dos materiais didáticos e avaliação das práticas pedagógicas nesse ciclo (BRASIL, 2012a).

No ano de 2013, o PNAIC teve como foco ações voltadas para a leitura e escrita na área de Língua Portuguesa e, em 2014, na área da Matemática. Essas ações possuem um conjunto integrado de materiais, referências curriculares e pedagógicas em que a alfabetização e o letramento norteiam a *práxis* do professor, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Além disso, avaliam, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, as crianças participantes do Pacto, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática.

Tendo em vista a necessidade de acompanhar e analisar como as ações do PNAIC têm incidido na qualidade da aprendizagem dos alunos, buscou-se investigar os resultados da avalia-



ção da parte escrita da Avaliação Nacional da Alfabetização do PNAIC para os alunos de 3º ano do Ensino Fundamental. Sendo assim, levantam-se alguns questionamentos: Como a avaliação da escrita acontece na ANA? Quais habilidades e competências da escrita são avaliadas nos alunos de 3º do Ensino Fundamental na ANA? O que os resultados da parte escrita da ANA sugerem à ação docente no estado do Ceará?

Dessa forma, fez-se necessário entender os processos avaliativos da escrita ao final do ciclo de alfabetização, compreendendo em que perspectiva a ação docente poderá corresponder a melhoria da qualidade da aprendizagem destas crianças. Para atingir os objetivos, foi realizada uma pesquisa documental e dos dados, e feitas as devidas análises de cunho qualitativo.

2 Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)

A Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, do Ministério da Educação – MEC – que institui o PNAIC, prevê ações dos eixos de atuação do Pacto, dentre elas a “[...] avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, aplicada pelo INEP” (Art. 9º, inciso IV), relacionada ao eixo de avaliação, ou seja, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA. A ANA foi instituída pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, pelo MEC, como parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (Art. 1º). De acordo com a portaria, a ANA é planejada e operacionalizada pelo INEP (BRASIL, 2013a). A ANA tem como objetivos básicos e principais:

- i) Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental.
- ii) Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino.
- iii) Concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigual-



dades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional (BRASIL, 2013b, p. 7).

A ANA busca avaliar os níveis de alfabetização em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e em Matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas ao final do ano letivo. Dessa forma, é fundamental explicitar o conceito de alfabetização reconhecido no PNAIC, embasado em autoras como Ferreira e Teberosky (1999) e Soares (1998). A partir dos estudos das autoras citadas, se compreende a importância não somente da alfabetização em si, mas também do letramento, pois

alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 1998, p. 47).

A ANA, por sua vez, assimila este conceito quando concebe o entendimento de toda uma sociedade brasileira no processo de alfabetização e letramento, pois na edição de 2013, além da avaliação de desempenho, contou com instrumentos de informações contextuais, como os questionários, que apresentaram informações de Indicador de Nível Socioeconômico e Indicador de Formação Docente da escola avaliada, o que contribui para o conhecimento das unidades escolares, concorrendo para a melhoria da qualidade desses indicadores em nível micro e macro.

Vianna (2000) aponta a necessidade de implementar dados do contexto escolar, das práticas pedagógicas, do rendimento escolar e do desempenho do aluno para uma medida de qualidade em educação. Em parte, a ANA confere qualidade sobre os seus dados quando legitima os indicadores socioeconômicos e de formação docente. O rendimento escolar pode ser visto quan-



do os dados são relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB² da escola, já as práticas pedagógicas ainda não se fazem mister nesse sentido.

A avaliação do nível de alfabetização das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental é realizada por meio da aplicação de um instrumento de vinte itens de Língua Portuguesa, - destes, dezesseis são objetivos, com questões de múltipla escolha, e três de produção escrita, - e vinte itens de múltipla escolha de Matemática. A aplicação desta avaliação no estado do Ceará aconteceu em um único dia para cada unidade escolar, além disso, em cada turma de 3º ano avaliada, metade do quantitativo total de alunos fez o teste de Língua Portuguesa, enquanto a outra metade o de Matemática.

Os resultados dessa avaliação se dão por meio de boletins eletrônicos disponibilizados aos gestores das unidades escolares por meio do *site* do INEP, além dos integrantes do PNAIC, por meio do *site* do SisPacto³. Os boletins compreendem resultados por Unidade Escolar, Município e Unidade Federativa, não sendo consolidados resultados individuais por aluno. Podem ser constatados no boletim: indicadores contextuais – nível socioeconômico e formação docente; participação na avaliação – estudantes previstos e estudantes que realizaram as provas; distribuição dos alunos da escola por nível de proficiência em leitura, em escrita e em matemática – total de porcentagem do estado, do município e da escola por nível de desempenho.

² O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, no artigo 3º afirma que “A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do [...] SAEB, composto pela [...] ANEB e a [...] Prova Brasil”.

³ “O SisPacto é o sistema de monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, disponibilizado no SIMEC (<http://simec.mec.gov.br>). Os principais atores envolvidos na execução das ações do Pacto terão acesso ao SisPacto [...]” (MEC, Entenda o sistema SisPacto. Disponível em: < <http://pacto.mec.gov.br/31-outros-destaques/79-entenda-o-sispacto> > Acesso 19 ago. 2015).



Sendo objeto deste artigo, a avaliação da alfabetização e a proficiência em escrita serão especificados apenas os desempenhos de proficiência em escrita a nível estadual, nos seus vários níveis.

2.1 Avaliação Nacional da Alfabetização da parte escrita

A ANA é a primeira avaliação em larga escala, em nível federal, que avalia a escrita alfabética de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especificamente, as crianças do 3º ano do Ensino Fundamental. As primeiras experiências nesse tipo de avaliação se deram por meio de políticas estaduais e/ou municipais, como o Programa Alfabetização na Idade Certa do Estado do Ceará – PAIC; O Programa Palavra de Criança, no Piauí; o Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado do Espírito Santo – Paebes; o Sistema de Avaliação Educacional Municipal de Ipojuca – SAEMI, dentre outros.

A avaliação da escrita, quando contemplada nas avaliações em larga escala, torna possível a melhor caracterização do desempenho das crianças individualmente, em nível de escola, município ou estado. Essas informações facilitam a análise sobre o processo de consolidação das habilidades da Língua Portuguesa. Nessa área do conhecimento, a aprendizagem se alicerça em três eixos básicos: o uso da língua oral, o uso da escrita e a reflexão sobre a língua (BRASIL, 1997, p. 35). Dessa forma, quando se avalia a escrita a concepção de alfabetização se torna ainda melhor compreendida para possíveis intervenções e decisões nesta área.

Em consonância com os PCN (BRASIL, 1997), mas com uma maior premência, os direitos de aprendizagem⁴ do ciclo de

⁴ Pela lei 9.394/1996, art. 32: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capa-



alfabetização agregam no ensino e na aprendizagem da Língua Portuguesa cinco eixos básicos: Leitura, Produção de Textos Escritos, Oralidade, Análise Linguística – discursividade, textualidade e normatividade, e Análise Linguística – apropriação do Sistema de Escrita Alfabética.

Dessa forma, a Matriz de Referência, instrumento utilizado como referência para elaboração dos itens das avaliações em larga escala, apresenta um recorte significativo dos eixos em detrimento ao 3º ano do Ensino Fundamental. De acordo com o documento básico da ANA, “[...] as matrizes elegem, entre as características do construto analisado, os conhecimentos ou informações que podem oferecer dados significativos que permitam uma leitura do processo avaliado” (BRASIL, 2013b, p. 13).

A Matriz de Referência de Língua Portuguesa da ANA está organizada em dois eixos estruturantes: Leitura e Escrita. No eixo estruturante da escrita, objeto deste artigo, consideram-se as seguintes habilidades: grafar palavras com correspondências regulares diretas (H10); grafar palavras com correspondências regulares contextuais entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro (H11); e produzir um texto a partir de uma situação dada (H12).

A habilidade H10 – grafar palavras com correspondências regulares diretas – solicita da criança produções de palavras simples, com uma correspondência clara entre som e letra. “As regularidades diretas são evidenciadas quando só existe na língua um grafema para notar determinado fonema (é o caso de P, B, T, D, F, V). [...] o P representará sempre o fonema /p/ [...] independente da posição em que apareça na palavra” (BRASIL, 2012b, p. 20-21).

cidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (...)” (BRASIL, 1996), enfatizando o direito compreendido no Pacto.



A habilidade H11 – grafar palavras com correspondências regulares contextuais entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro – pressupõe que a criança produza palavras mais complexas do que as da habilidade H12, mas que não deixam de estabelecer relação entre letra e som. A diferença, nesta habilidade, será o contexto em que a produção da palavra se dará, no tocante à correspondência letra-som. “As regularidades *contextuais*, por sua vez, ocorrem quando a relação letra-som é determinada pela posição (contexto) em que a letra aparece dentro da palavra. [...] C ou QU relaciona-se ao som /k/, mas depende da vogal com que forme sílaba” (BRASIL, 2012b, p. 21).

De acordo com o caderno de formação (BRASIL, 2012b), algumas dificuldades das crianças nesta habilidade dizem respeito à escrita de vogais e ditongos nasais, M/N em posição final de sílaba, uso do til, do dígrafo. Espera-se que as crianças que demonstram consolidar esta habilidade já o tenham feito na anterior.

A habilidade H12 – produzir um texto a partir de uma situação dada – revela uma complexidade maior, visto que a unidade avaliada não é apenas uma palavra, mas sim um texto, com características e especificidades próprias do gênero e contexto em que se apresenta.

Assim, com a produção textual dos estudantes, espera-se avaliar os contextos de uso da escrita, a organização textual, a coerência e coesão da produção, o uso de pontuação e aspectos ortográficos e gramaticais de acordo com o que se espera das crianças matriculadas no final do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2013b, p. 8).

A estrutura da avaliação da escrita da ANA foi composta por três itens de produção escrita: duas palavras e uma produção textual. Para a análise da produção escrita, foi elaborada uma “chave de correção” que traz “[...] os aspectos linguísticos e/



ou discursivos das palavras e textos produzidos, considerando aspectos que abrangem desde a aquisição do sistema de escrita até a ampliação da capacidade redacional do aluno” (BRASIL, 2013a, p.1).

2.2 A metodologia de análise dos resultados da ANA

Para o cálculo dos resultados de desempenho dos alunos, a ANA se utiliza da mesma metodologia do SAEB, a Teoria de Resposta ao Item (TRI).

De acordo com Andrade, Tavares e Valle (2000, p. 3) o que a TRI sugere ‘[...] são formas de representar a relação entre a probabilidade de um indivíduo dar certa resposta a um item e seus traços latentes, proficiências ou habilidades na área de conhecimento avaliada.’ Isso gera a possibilidade de efetuar comparações de uma mesma questão entre várias pessoas de regiões diferentes (CARVALHO, 2013, p. 25).

Dessa forma, foram estabelecidas duas escalas – uma para Língua Portuguesa e outra para Matemática – sendo 500 o valor da média e 100 o desvio padrão. Para a Escrita, o desempenho foi avaliado a partir do modelo de resposta gradual (SAMEJIMA, 1969 apud BRASIL, 2013a), no entanto, se utilizou de uma escala de mesma média, 500 e desvio-padrão 100.

O modelo de resposta gradual foi utilizado, pois a correção não foi feita em termos de acerto ou erro, tal como nas questões objetivas. Nesse modelo, para cada critério analisado da escrita do aluno (segmentação, ortografia, pontuação etc.) atribui-se um conceito de gradação diferente, de acordo com a resposta apresentada (BRASIL, 2013a, p. 2).

A escala da escrita foi desenvolvida com base em critérios pedagógicos e psicométricos, conforme o modelo de resposta



gradual, “o método Bookmark (Cizek, 2001)” (BRASIL, 2013, p.3). Nele “[...] os itens são organizados pelo grau de dificuldade, do mais fácil ao mais difícil, utilizando-se o parâmetro de dificuldade do modelo de resposta gradual e, em seguida, são demarcados os pontos em que ocorrem as mudanças de níveis de desempenho” (BRASIL, 2013a, p.3). Compreende-se que o aluno percorre a prova de escrita das palavras mais fáceis para palavras mais difíceis e, por conseguinte, a produção textual.

No campo da escrita, especificamente no que se refere às habilidades delimitadas na ANA e nos direitos de aprendizagem da análise linguística de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, devem ser consolidadas no 3º ano: usar diferentes tipos de letras em situações de escrita de palavras e textos e dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a ler e a escrever palavras e textos.

No que se refere às habilidades delimitadas no PNAIC e nos direitos de aprendizagem da produção de textos escritos, nota-se que aquelas relacionadas à ANA devem ser aprofundadas e consolidadas no 3º ano do Ensino Fundamental. São elas: produzir textos de diferentes gêneros com autonomia, atendendo a diferentes finalidades e gerar e organizar o conteúdo textual, estruturando os períodos e utilizando recursos coesivos para articular ideias e fatos.

2.3 Os níveis de proficiência dos resultados de desempenho da ANA

A apresentação dos resultados de desempenho nas áreas avaliadas pela ANA é expressa em escalas de proficiência. A escala de proficiência de Língua Portuguesa (Escrita) possui quatro níveis, assim como, as de Língua Portuguesa (Leitura) e Ma-



temática. Na análise dos resultados, têm-se ainda, informações quanto ao percentual de cadernos de provas de alunos “que não foram pontuados por conter a escrita de palavras sem relação semântica com a imagem apresentada ou escrita incompreensível” (BRASIL, 2013a, p. 2).

A escala de proficiência (ANEXO I) traz a ideia de uma progressão na aprendizagem de um nível para o outro, no entanto, destaca-se que o “processo de aquisição da escrita não ocorre em etapas lineares” (BRASIL, 2013b), como já prevê o documento básico da ANA.

O processo de escrita acontece antes mesmo do processo escolar, como bem ressaltam Ferreiro e Teberosky (1985), a criança constrói hipóteses de escrita antes mesmo de entrar na escola, e estas hipóteses ora se dão em subsequência, ora em retorno e confronto ao que antes fora considerado. No entanto, pela teoria da psicogênese da escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), compreende-se o processo evolutivo do não entender da representação escrita até a compreensão da correspondência fonemas e grafemas e regras da escrita pela criança.

Para as crianças do 3º ano do Ensino Fundamental, estima-se que esse processo de aquisição do sistema de escrita esteja em fase de consolidação, visto que as suas hipóteses perpassaram atividades e orientações docentes durante o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Entendendo o ciclo de alfabetização como o 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, espera-se que ao final do 3º ano a criança tenha consolidado ou esteja em fase de consolidação das correspondências som-grafia, da consciência fonológica, da fluência de leitura, da leitura e produção de textos, das normas ortográficas, dentre outras.



3 Procedimentos metodológicos

A necessidade de se entender os processos de avaliação em larga escala propostos pelos programas brasileiros de políticas públicas, incide sobre o objetivo geral deste trabalho. De cunho qualitativo, a investigação dos resultados da avaliação da parte escrita da ANA, do PNAIC, para os alunos de 3º ano do Ensino Fundamental, contou com uma análise documental dos relatórios de resultados da ANA, bem como dos referenciais legais que regem e embasam esta avaliação. Para além da compreensão da análise estatística dos resultados, já apontados nos relatórios, houve a preocupação de uma análise pedagógica desses resultados.

A pesquisa documental se define como “[...] a busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Dessa forma, os relatórios de resultados divulgados pelo INEP no *site* do Sis-Pacto, documentos legais e manuais de entendimento da própria ANA e sua aplicação, foram utilizados como documentos a serem explorados na compreensão e entendimento da avaliação em si, bem como dos resultados dela evidenciados.

Os boletins de resultados dos municípios cearenses apresentaram o percentual dos níveis atingidos pelo estado, município e unidade escolar. Eles foram consultados individualmente a fim de contabilizar o quantitativo de crianças participantes da avaliação a partir dos dados de cada unidade escolar.

A pesquisa bibliográfica, que é o “[...] estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007, p. 69), constituiu o estado da arte deste trabalho no entendimento da avaliação e da alfabetização. A análise documental e bibliográfica realizada na pesquisa conta com as categorias explicitadas



neste artigo: a ANA e sua organização; a avaliação da parte escrita; a metodologia de análise dos resultados da parte escrita; os níveis de proficiência relacionados aos resultados da parte escrita; a análise pedagógica dos níveis e resultados da parte escrita.

4 Conhecendo para intervir: os resultados da escrita de 2013 no estado do Ceará

Tendo como base os boletins de resultado dos municípios cearenses, a porcentagem nos níveis de desempenho da escrita do estado do Ceará fora analisada a partir da tabela abaixo, recorte de um dos boletins municipais de 2013:

Figura 1 – Distribuição dos alunos por nível de proficiência em escrita

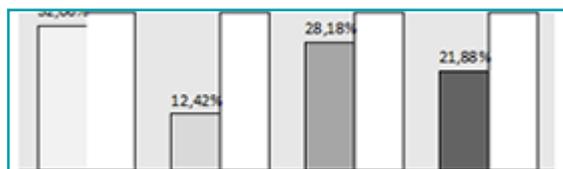
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	32,06 %	12,42 %	28,18 %	21,88 %
Total Município				
Boa escrita				

Os percentuais exibidos não incluem os cadernos de prova "Sem Pontuação"

Fonte: Boletim de Resultados da ANA, 2013.

A partir desta tabela, foi pensada uma maneira melhor de visualizar os dados percentuais dispostos, por meio do gráfico. De acordo com Curcio (1987 apud RIBEIRO et al., 2013), os gráficos podem ser lidos como um texto, a fim de melhorar o entendimento.

Gráfico 1 – Distribuição dos alunos por nível de proficiência em escrita



Fonte: Elaboração própria.



O total de alunos participantes da avaliação contabiliza cerca de 99.418, sendo o quantitativo exato um número maior ou menor que este, em virtude da soma do total de alunos participantes de cada boletim de unidade escolar dos 184 municípios cearenses.

É preciso evidenciar maior atenção ao nível 1, visto que uma das possibilidades de melhor resultado seria ter o nível 1 menor que 12.42%, porcentagem referente ao nível 2. Este resultado mostra que mais de 30.000 crianças do Ceará, que representam 32.06% do nível 1, escrevem, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, palavras com sílabas canônicas e não canônicas com alguma dificuldade, pela omissão ou troca de letras, bem como podem escrever ortograficamente apenas palavras de sílabas canônicas.

Nota-se que estas habilidades são as mais simples de outra avaliação da escrita que o estado já participa: a avaliação diagnóstica⁵ do PAIC. No quadro a seguir, é possível evidenciar as habilidades avaliadas na produção de palavras e texto desde o 2º ano do Ensino Fundamental.

Figura 2 – Distribuição dos Itens nas provas de Língua Portuguesa por descritor e ano em 2014

TÓPICO	DESCRIPTOR	QUESTÃO DA PROVA			
		2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Ortografia e escrita regulares	DE1 – Fornecer palavras de sílabas canônicas	21			
	DE2 – Fornecer palavras de sílabas não canônicas	21			
	DE3 – Escrever palavras de sílabas canônicas e não canônicas	21			
	DE4 – Escrever frases e parágrafos com palavras canônicas	21	22	23	24

Fonte: Orientações Gerais, Provas PAIC 2014: Língua Portuguesa e Matemática (Ceará, 2014).

⁵ O Eixo de Avaliação Externa do PAIC vem desenvolvendo desde 2007 um trabalho intensivo na construção de instrumentos de avaliação diagnósticos em Língua Portuguesa, para o 2º, 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. A partir de 2010 foram elaborados outros dois instrumentos: um de língua portuguesa para o 1º ano e outro de matemática para o 3º, 4º e 5º ano. (FREIRE et. al, 2010, p. 336).

Sendo a avaliação do PAIC aplicada no início do ano letivo em caráter diagnóstico, é possível perceber que, no 3º ano, a avaliação da escrita é a partir da produção de textos, e não de palavras como ocorre na ANA. Desta forma, o alto percentual do estado no nível 1 da escrita nos leva a refletir sobre a consolidação destas habilidades definidas pelo PAIC, de fato, no 3º ano do Ensino Fundamental.

Já no nível 2, o percentual de 12.42% representa cerca de 12.000 crianças que escrevem ortograficamente palavras com sílabas não canônicas; escrevem textos incipientes, na forma de uma frase; produzem texto narrativo, a partir de uma dada situação, que apresentam ausência ou inadequação dos elementos formais (segmentação, pontuação, ortografia, concordância verbal e concordância nominal) e da textualidade (coesão e coerência), evidenciando, ainda, um distanciamento da norma-padrão da língua (BRASIL, 2013a).

Significa uma porcentagem baixa, mas em termos quantitativos muitas crianças, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, não escrevem um texto completo, somente frase. De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), quando impedimos a criança de escrever por si mesma e a obrigamos a fazer cópias, impedimos a aprendizagem dela por ela mesma, da estrutura e do significado da escrita de um texto, ausentando-as da construção de suas hipóteses acerca disso.

No nível 3, percebe-se um quantitativo maior de crianças, em torno de 28.000, com percentual de 28.18%. Depois do nível 1, este é o nível que guarda um maior percentual de crianças. Nele, se observa a escrita de textos narrativos com mais de uma frase, a partir de uma situação dada; produção de textos narrativos com poucas inadequações relativas à segmentação, concordância verbal e concordância nominal, embora com algum comprome-



timento dos elementos formais e da textualidade, evidenciando uma aproximação à norma-padrão da língua (BRASIL, 2013a). A criança já produz um texto narrativo com menores dificuldades no que concerne a sua estrutura. Verifica-se que este seria um nível desejável para a maioria das crianças avaliadas, suscitando a concretização dos direitos de aprendizagem para este ano.

O nível 4 mostra que 21.88% das crianças, ou seja, em torno de 21.750 crianças, produzem textos narrativos, a partir de uma situação dada, atendendo adequadamente ao uso de elementos da textualidade, evidenciando o atendimento à norma-padrão da língua (BRASIL, 2013a). Somando-se os níveis 3 e 4 vemos que, metade das crianças avaliadas, 50,06%, já escrevem um texto considerado estruturado dentro da concordância verbal, nominal e dos elementos formais. Isso evidencia um quantitativo em torno de 49.750 crianças avaliadas e consideradas na parte escrita da ANA.

5 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa, investigar os resultados da avaliação externa da parte escrita da Avaliação Nacional da Alfabetização do PNAIC para os alunos de 3º ano do Ensino Fundamental, foi contemplado à medida que se entendeu o papel da ANA, dentro da perspectiva do PNAIC, bem como dos seus procedimentos, perspectivas e resultados, diante de uma realidade educacional concreta, que foram os resultados da avaliação da parte da escrita, no estado do Ceará.

Numa perspectiva qualitativa, ressaltou-se a importância de uma leitura pedagógica dos resultados, para além de uma análise estatística, compreendendo, de fato, o papel de tomada de decisão da avaliação, principalmente as avaliações em larga



escala, que informam sobre políticas públicas e investimentos públicos para a melhoria da qualidade educacional brasileira.

Os resultados desta avaliação propõem uma nova maneira de se pensar práticas para o ciclo de alfabetização. Quando se nota a incidência de programas já existentes neste ciclo que não se configuram como instrumentos de reflexão e mudança diante das necessidades reais, há que se repensar o papel das políticas públicas e de sua avaliação no cumprimento do seu objetivo. Os resultados da ANA no estado do Ceará evidenciam alguma preocupação e reflexão sobre as práticas diagnósticas e pedagógicas diante da construção da escrita da criança ao término do ciclo de alfabetização.

Considerou-se elencar as principais características desta avaliação por meio da pesquisa bibliográfica e documental, para que o professor ou gestor educacional possa contextualizar-se diante do resultado de uma avaliação como a ANA.

Percebe-se que a produção da escrita pela criança, no sentido autônomo e representativo da sua realidade, necessita de estímulo e criatividade, bem como nas atividades de roda de conversa, de leitura, de contação de histórias. Os conceitos de avaliação, alfabetização, letramento, criança, estarão implicados na ação docente e, quanto mais se busca o entendimento de cada um destes, mais se apropria o sujeito da e na ação consciente da aprendizagem.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012*. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial, Brasília, DF, 5 jun. 2012a. Seção 1, p.22.

_____. Ministério da Educação. *Nota Explicativa – Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013a.



_____. Ministério da Educação. *Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013b.

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *O último ano do ciclo de alfabetização: consolidando os conhecimentos*. Ano 03, Unidade 03. Brasília, 2012b.

_____. Ministério da Educação. *Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013*. Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2013/portaria_n_482_07062013_mec_inep_saeb.pdf> Acesso em 29 jul. 2015.

CARVALHO, A. O. P. *A avaliação diagnóstica como subsídio às práticas docentes no ensino da matemática: uma análise dos resultados das avaliações dos alunos do 2º ano do ensino fundamental do estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2014.

CARVALHO, A. O. P.; RIBEIRO, A. P. de MEDEIROS; MARQUES, C. de ALBUQUERQUE. Um olhar pedagógico sobre os resultados da provinha Brasil de Matemática. In: LEITE, R. H. (Org.) *Avaliação Educacional: referenciais diferenciados*. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p.p. 155-177.

CEARÁ. Coordenadoria de Cooperação com os Municípios – COPEM. Orientações Gerais – Provas PAIC 2014 – 2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano. Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC. Eixo de Avaliação Externa. Ceará, 2014. Disponível em: < <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/downloads/category/95-fichas-de-controle-do-protocolo-do-3d-4d-e-5d-ano-2014?download=624:orientacoesgerais>> Acesso 29 jul.2015.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FREIRE, E. S.; MONTEIRO, P. S. F.; CARVALHO, A. O. P.; MARQUES, C. de A. Manual de leitura de resultados do PAIC



de Matemática: análises e intervenções. In: CAVALCANTE, S. M. de A. et. al. *Avaliar e intervir: novos rumos da avaliação educacional*. V Congresso Internacional de Avaliação Educacional, Fortaleza: Imprece, 2010. p. 336 – 351.

MARQUES, C de A.; RIBEIRO, A. P. de M.; CIASCA, I. F. L. PAIC: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia. In: *Estudos em avaliação educacional*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. V 19. n 41, p.433-448, set/dez, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) *Pesquisa Social - Teoria Método e Criatividade*. 21ª Ed.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007

Petrópolis: Vozes, 2002.

RIBEIRO, A. P. de M.; MONTEIRO, A. J.; MARQUES, C. de A.; AGUIAR, R. R. O programa palavra de criança e a província Brasil no Piauí: Uma avaliação com modelo diferenciado de aplicação e geração de resultados. In: LEITE, R. H.; RIBEIRO, A. P. de M. (Orgs.) *Avaliação Educacional: Veredas*. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p.71-82. SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIANA, H. M. *Avaliação Educacional*. Teoria. Planejamento. Modelos. São Paulo. IBRASA, 2000.



ANEXO I

Escala de Proficiência: Escrita

<p>Nível 1 Até 400 pontos</p>	<p>Neste nível, foram agrupados desde os alunos que, em geral, são capazes de: -Escrever palavras com sílabas canônicas (consoante e vogal) e não canônicas, com alguma dificuldade, pela omissão e/ou troca de letras; Até os que são capazes de: -Escrever ortograficamente palavras marcadas pela presença de sílabas canônicas.</p>
<p>Nível 2 Maior que 400 até 500 pontos</p>	<p>-Escrever ortograficamente palavras com sílabas não canônicas; -Escrever textos incipientes apresentados na forma de apenas uma frase; -Produzir textos narrativos, a partir de uma dada situação, que apresentam ausência ou inadequação dos elementos formais (segmentação, pontuação, ortografia, concordância verbal e concordância nominal) e da textualidade (coesão e coerência), evidenciando ainda um distanciamento da norma-padrão da língua.</p>
<p>Nível 3 Maior que 500 até 580 pontos</p>	<p>-Escrever textos narrativos com mais de uma frase, a partir de uma situação dada; -Produzir textos narrativos com poucas inadequações relativas à segmentação, concordância verbal e concordância nominal, embora com algum comprometimento dos elementos formais e da textualidade, evidenciando uma aproximação à norma padrão da língua.</p>
<p>Nível 4 Maior que 580 pontos</p>	<p>-Produzir textos narrativos, a partir de uma situação dada, atendendo adequadamente ao uso de elementos da textualidade, evidenciando o atendimento à norma padrão da língua.</p>

Fonte: Nota Explicativa da ANA (Brasil, 2013a), Anexo I.

